



BUENO BRANDÃO- MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO
BRANDÃO - MINAS GERAIS

Monitor de Transporte Escolar

CONCURSO PÚBLICO - Nº 01/2023

CÓD: SL-067ST-23
7908433241850

Língua Portuguesa

| | |
|--|----|
| 1. Leitura e interpretação de texto. | 7 |
| 2. Variações linguísticas. | 8 |
| 3. Funções da linguagem. | 12 |
| 4. Tipos e gêneros de texto. | 12 |
| 5. Coesão e coerência textuais. | 15 |
| 6. Ortografia (atualizada conforme as regras do novo Acordo Ortográfico): emprego de letras; uso de maiúsculas e minúsculas; acentuação tônica e gráfica; | 15 |
| 7. pontuação. | 16 |
| 8. Fonologia/ fonética: letra/fonema; encontros vocálicos, consonantais e dígrafos. | 18 |
| 9. Morfologia: elementos mórficos e processos de formação de palavras; | 19 |
| 10. classes de palavras. | 21 |
| 11. Sintaxe: termos das orações; orações coordenadas e subordinadas; | 26 |
| 12. concordância nominal e verbal; | 29 |
| 13. regência nominal e verbal; | 31 |
| 14. crase. | 33 |
| 15. Semântica: denotação, conotação; sinonímia, antonímia, homonímia e paronímia; polissemia e ambiguidade. | 34 |
| 16. Figuras de linguagem. | 34 |

Legislação

| | |
|---|----|
| 1. Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bueno Brandão | 47 |
| 2. Lei Orgânica do Município de Bueno Brandão. | 64 |

Informática

| | |
|---|-----|
| 1. Conhecimentos sobre princípios básicos de informática, incluindo hardware, impressoras, scanners e multifuncionais | 85 |
| 2. Conhecimento básico sobre Segurança da Informação | 90 |
| 3. Sistemas Operacionais | 92 |
| 4. Aplicativos do Microsoft Office 2010/2016 | 104 |
| 5. Navegador Internet Explorer e Google Chrome. | 109 |

Conhecimentos Específicos Monitor de Transporte Escolar

| | |
|---|-----|
| 1. Acidentes e Primeiros socorros; Prevenção de acidentes. | 117 |
| 2. Dimensão sobre trabalho de atendimento ao público | 136 |
| 3. Noções de trânsito | 138 |
| 4. Deveres e obrigação do Monitor | 142 |
| 5. Disciplina e vigilância dos alunos | 142 |

ÍNDICE

| | |
|--|-----|
| 6. Hierarquia na escola | 143 |
| 7. Controle e movimentação do aluno | 144 |
| 8. Orientação aos alunos quanto às normas da Escola | 145 |
| 9. Ética do exercício profissional..... | 147 |
| 10. Relações humanas no trabalho..... | 149 |
| 11. Telefones de emergência: Pronto Socorro, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros..... | 150 |
| 12. Noções gerais de higiene | 151 |
| 13. Estatuto da Criança e do Adolescente | 156 |

Entrevista: texto expositivo e é marcado pela conversa de um entrevistador e um entrevistado para a obtenção de informações. Tem como principal característica transmitir a opinião de pessoas de destaque sobre algum assunto de interesse.

Cantiga de roda: gênero empírico, que na escola se materializa em uma concretude da realidade. A cantiga de roda permite as crianças terem mais sentido em relação a leitura e escrita, ajudando os professores a identificar o nível de alfabetização delas.

Receita: texto instrucional e injuntivo que tem como objetivo de informar, aconselhar, ou seja, recomendam dando uma certa liberdade para quem recebe a informação.

VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS.

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Assim como outras, a língua portuguesa no Brasil é extremamente heterogênea. As diferentes manifestações e realizações da língua, as diversas formas que a língua possui, decorrentes de fatores de natureza histórica, regional, sociocultural ou situacional constituem o que chamamos de variações linguísticas. Essas variações podem ocorrer nas camadas fonológica, morfológica, sintática, léxica e semântica; em certos momentos ocorrem duas ou mais variações ao mesmo tempo em um discurso.

Entenda: a variação linguística é inerente ao discurso dos falantes de qualquer língua, pois a língua é a forma que o homem tem de entender o seu universo interno e externo; portanto, a idade, o sexo, o meio social, o espaço geográfico, tudo isso torna a língua peculiar.¹

Os dois aspectos mais facilmente perceptíveis da variação linguística são a **pronúncia e o vocabulário**.

Tipos de Variações

a) As variações de uma região para outra são chamadas variantes **diatópicas**. Como por exemplo: “Abóbora” em certos locais é conhecida como “Jerimum”.

b) As variações de um grupo social para outro são chamadas variantes **diastráticas**. Essas variações são muito numerosas e podem ser observadas em: gírias, jargões, linguagem dos advogados, na classe médica, entre os skatistas, etc.

c) As variações de uma época para outra são chamadas variantes **diacrônicas**. Antigamente usava-se o Vossa Mercê, depois Vos Mecê, depois Você, depois Ocê, depois o Cê, e por último, atualmente VC.

d) As variações de uma situação de comunicação para outra são denominadas variantes **diafásicas**.

Todos sabemos que há situações que permitem uma linguagem bem informal (uma conversa com os amigos num bar) e outras que exigem um nível mais formal de linguagem (um jantar de cerimônia).

Cada uma dessas situações tem construções e termos apropriados. Observe no texto a seguir, retirado do romance *Agosto*, de Rubem Fonseca, o uso de expressões e construções da linguagem coloquial:

Um homem magro, de bigodinho e cabelo glostorado, apareceu:

“Ah, comissário Pádua... Que prazer! Que alegria!”

“Não quero papo-furado, Almeidinha. Quero falar com dona Laura.”

“Ela no momento está muito ocupada. Não pode ser comigo?”

“Não, não pode ser com você. Dá o fora e chama logo a Laura.”

“Vou mandar servir um uisquinho.”

“Não queremos nenhum uisquinho. Chama a dona.”²

As variações que distinguem uma variante de outra se manifestam em quatro planos distintos, a saber: fônico, morfológico, sintático e lexical.

Variações Fônicas

São as que ocorrem no modo de pronunciar os sons constituintes da palavra. Os exemplos de variação fônica são abundantes e, ao lado do vocabulário, constituem os domínios em que se percebe com mais nitidez a diferença entre uma variante e outra. Entre esses casos, podemos citar:

- A queda do “r” final dos verbos, muito comum na linguagem oral no português: *falá, vendê, curti* (em vez de *curtir*), *compô*.

- O acréscimo de vogal no início de certas palavras: eu me *alembro*, o pássaro *avoá*, formas comuns na linguagem clássica, hoje frequentes na fala caipira.

- A queda de sons no início de palavras: *ocê, cê, ta, tava, marelo* (amarelo), *margoso* (amargoso), características na linguagem oral coloquial.

- A redução de proparoxítonas a paroxítonas: *Petrópolis* (Petrópolis), *fórfi* (fósforo), *porva* (pólvora), todas elas formas típicas de pessoas de baixa condição social.

- A pronúncia do “l” final de sílaba como “u” (na maioria das regiões do Brasil) ou como “l” (em certas regiões do Rio Grande do Sul e Santa Catarina) ou ainda como “r” (na linguagem caipira): *quintau, quintar, quintal; pastéu, paster, pastel; faróu, farór, farol*.

- Deslocamento do “r” no interior da sílaba: *largato, preguntar, estrupo, cardeneta*, típicos de pessoas de baixa condição social.

Variações Morfológicas

São as que ocorrem nas formas constituintes da palavra. Nesse domínio, as diferenças entre as variantes não são tão numerosas quanto as de natureza fônica, mas não são desprezíveis. Como exemplos, podemos citar:

- O uso do prefixo *hiper-* em vez do sufixo *-íssimo* para criar o superlativo de adjetivos, recurso muito característico da linguagem jovem urbana: um cara *hiper-humano* (em vez de *humaníssimo*), uma prova *hiperdifícil* (em vez de *difícilíma*), um carro *hiperpossante* (em vez de *possantíssimo*).

- A conjugação de verbos irregulares pelo modelo dos regulares: ele *entreviu* (entrevio), se ele *manter* (mantiver), se ele *ver* (vir) o recado, quando ele *repor* (repuser).

- A conjugação de verbos regulares pelo modelo de irregulares: *vareia* (varia), *negoceia* (negocia).

1 PESTANA, Fernando. *A gramática para concursos*. Elsevier. 2013.

2 PLATÃO, Fiorin, *Lições de Texto*. Ática. 2011.

**SEÇÃO II
DO CONCURSO**

Art. 12 - A nomeação, para cargo que deva ser provido em caráter efetivo, depende da habilitação prévia em concurso público de provas, ou de provas e títulos, respeitada a ordem de classificação dos candidatos aprovados e vedadas quaisquer vantagens entre os concorrentes.

Parágrafo Único - Os cargos de provimento em comissão (art. 11, II) são de livre nomeação e exoneração.

Art. 13 - Poderá inscrever-se no concurso quem tiver o mínimo de 18 (dezoito) e o máximo de 35 (trinta e cinco) anos de idade.

Parágrafo Único - O limite máximo de idade previsto neste artigo poderá ser dispensado para candidatos ocupantes de cargos públicos.

Art. 14 - Encerradas as inscrições, legalmente processadas para o concurso à investidura em qualquer cargo, não se abrirão novas antes de sua realização.

Art. 15 - Os concursos serão julgados por comissão em que pelo menos um dos membros seja estranho ao serviço público municipal.

Art. 16 - O prazo de validade dos concursos será fixado no edital respectivo, até o máximo de dois anos.

Art. 17 - O concurso deverá estar homologado pelo Prefeito em 90 dias a contar do encerramento das inscrições.

**SEÇÃO III
DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**

Art. 18 - O funcionário nomeado em caráter efetivo fica sujeito ao estágio probatório de dois anos de exercício ininterrupto, em que serão apurados os seguintes requisitos:

- I - eficiência;
- II - idoneidade moral;
- III - aptidão;
- IV - disciplina;
- V - assiduidade;
- VI - dedicação ao serviço.

§1º - Os chefes de repartição ou serviço, em que sirvam funcionários sujeitos a estágio probatório, quatro meses antes do término deste, informarão, reservadamente, ao órgão de Pessoal competente, sobre os requisitos previstos neste artigo.

§2º - Em seguida, o órgão de Pessoal formulará parecer escrito, opinando sobre o merecimento do estágio em relação a cada um dos requisitos, concluindo a favor ou contra a confirmação do funcionário.

§3º - Desse parecer, se contrário à confirmação, será dada vista ao estagiário pelo prazo de 10 (dez) dias.

§4º - Julgando o parecer e a defesa, o Prefeito decretará a exoneração do funcionário, se achar aconselhável; ou confirmará, se sua decisão for favorável à permanência do funcionário.

Art. 19 - A apuração dos requisitos, de que trata o artigo anterior, deverá processar-se de modo que a exoneração do funcionário possa ser feita antes de findo o período de estágio.

Parágrafo Único - Findo o estágio, com ou sem pronunciamento, o funcionário se tornará estável.

**CAPÍTULO III
DAS PROMOÇÕES**

Art. 20 - As promoções far-se-ão de classe para classe obedecido o critério de antiguidade e de merecimento, alternadamente.

§1º - O merecimento apurar-se-á pela concorrência dos seguintes requisitos:

- I - eficiência;
- II - dedicação ao serviço;
- III - assiduidade;

IV - títulos e os comprovantes de conclusão ou frequência de cursos, seminários, simpósios, relacionados com a administração municipal;

V - trabalhos e obras publicadas.

§2º - Quando ocorrer empate na classificação por antiguidade na classe, terá preferência o funcionário de maior tempo de serviço municipal; havendo, ainda

empate, o de maior tempo de serviço público, o de maior prole, e o mais idoso, sucessivamente.

§3º - Havendo fusão de classes, a antiguidade abrangerá o efetivo exercício na classe anterior.

Art. 21 - As promoções serão realizadas de seis em seis meses, havendo vaga.

§1º - Quando não decretada no prazo legal, a promoção produzirá seus efeitos a partir do último dia do respectivo semestre.

§2º - Para todos os efeitos, será considerado promovido o funcionário que vier a falecer sem que tenha sido decretada, no prazo legal, a promoção que cabia por antiguidade.

§3º - Ao funcionário afastado para tratar de interesse particular, somente se abonarão as vantagens decorrentes da promoção a partir da data da reassunção.

Art. 22 - Será declarada sem efeito a promoção indevida e, no caso, provido quem de direito.

§1º - Os efeitos desta promoção retroagirão & data que for anulada.

§2º - O funcionário, promovido indevidamente não ficará obrigado à restituição, salvo hipótese de dolo ou má fé do interessado.

Art. 23 - Não concorrerão à promoção os funcionários que não tiverem, pelo menos, um ano de efetivo exercício na classe, salvo se nenhum preencher essa exigência.

Parágrafo Único - Em nenhum caso será promovido o funcionário em estágio probatório.

Art. 24 - É vedado ao funcionário pedir, por qualquer forma, sua promoção.

Parágrafo Único - Ao funcionário é assegurado o direito de recorrer das promoções, quando entender tenha sido preterido.

Art. 25 - As promoções serão processadas por Comissão Especial, nomeada pelo Prefeito.

Parágrafo Único - As normas para o processamento das promoções serão objeto de regulamento.

**CAPÍTULO IV
DA TRANSFERÊNCIA**

Art. 26 - O funcionário pode ser transferido de uma carreira para outra da mesma denominação, ou de um cargo isolado para outro da mesma natureza.

§1º - A transferência far-se-á:

- I - a pedido do funcionário, atendida a conveniência do serviço;
- II - de ofício, no interesse da administração.

O scanner de documentos move o documento físico ou o cabeçote de digitalização, dependendo do tipo de scanner. Em seguida, o scanner processa a imagem digitalizada e produz uma imagem digital que pode ser armazenada em um computador.

Os scanners geralmente se conectam a um sistema de computador e vêm com aplicativos de software de digitalização que permitem redimensionar e modificar uma imagem capturada.

— **Multifuncional**

O termo multifuncional remete a múltiplas funções, dentro deste contexto cada linha de trabalho oferece seus equipamentos. Dentro da informática podemos ter equipamentos que se conectam à rede, internet, wifi, bluetooth etc.

Podemos ter:

- Workstation diversas com várias funções.
- Impressoras com múltiplas funções
- Outros equipamentos com múltiplas funções.

— **Webcam**

É uma câmera de vídeo de baixo custo que é usada para vídeos conferências, monitoramentos, vídeos e demais afazeres correlatos. Geralmente é conectada ao computador pela porta USB.

Atualmente temos **webcams** de alta e baixa resolução e controles para adaptação ao ambiente.

— **Portas USB e outros conectores**

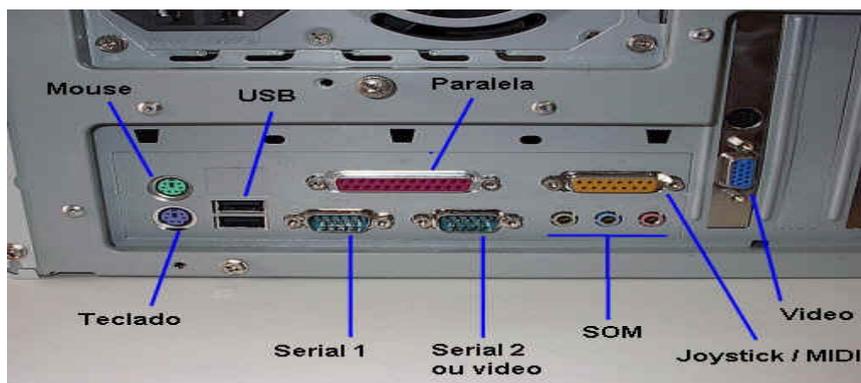
O Universal Serial Bus (USB) simplificou a conectividade do computador por meio de uma interface pequena e barata. Com bilhões de dispositivos USB em uso diário, o USB é a interface com fio dominante para laptops, tablets e smartphones.

O USB evoluiu por meio de uma série de padrões que especificam como os cabos conectam, comunicam e fornecem energia a computadores, dispositivos móveis e periféricos. O padrão mais recente é o USB4 e, como as versões anteriores, representa outro salto em velocidade de transferência de dados, resolução de vídeo e potência.

Abaixo temos os tipos de USB:



Além da USB temos outras conexões conforme abaixo:



A ciência atual do controle dos acidentes, embasada na epidemiologia, biomecânica e comportamento, explica como e porque cada tipo de injúria não intencional ocorre. Hoje já se conta com estratégias preventivas muito mais efetivas que, reconhecendo os riscos inerentes à imaturidade ou à falta de conhecimento dos riscos que cercam as crianças, são capazes de combater a desinformação, a imprevisão e a falta de cuidado.

Ao mesmo tempo, tratam de promover a segurança no âmbito da comunidade. Para aplicar essas estratégias é essencial entender, com um mínimo de clareza, porque as crianças sofrem acidentes, porque os traumatismos que deles resultam frequentemente são mais sérios do que deveriam e até que ponto as lesões não intencionais (acidentes) podem se confundir com violências e maus tratos.

As crianças e adolescentes sofrem acidentes porque a comunidade em que vivem não lhes propicia um entorno protetor. Dois fatores do chamado macro ambiente são decisivos para a proteção dos indivíduos: legislação efetiva voltada para a segurança e envolvimento ativo e amplo de toda a comunidade em ações de controle de acidentes e violências.

No ambiente escolar, diferentes tipos de acidentes ocorrem de acordo com a idade e estágio de desenvolvimento físico e psíquico das crianças e adolescentes. Sabe-se que a criança apresenta interesse em explorar situações novas, para as quais nem sempre está preparada, o que facilita a ocorrência de acidentes. Torna-se, portanto, importante o conhecimento dos acidentes mais frequentes em cada faixa etária, para o direcionamento das medidas a serem adotadas para sua prevenção.

Outra situação importante que ocorre dentro ou no entorno da escola é a agressividade entre alunos que, por vezes, pode causar ferimentos ou outras lesões físicas na vítima. Esse quadro, identificado por atitudes agressivas, físicas ou verbais, intencionais e repetidas, executadas por um ou mais estudantes contra outro(s), baseado em relação de poder do agressor sobre a vítima, é denominado *Bullying* e deve receber atenção de professores, funcionários e diretores da escola.

O escolar já aprende noções de segurança, mas como ainda não lida muito bem com coisas concretas, não é capaz de fazer julgamentos precisos sobre velocidade e distância. Além disso, seu comportamento e os riscos a que se expõe começam a ser fortemente influenciados pelos amigos, gerando atitudes de desafio a regras. As suas habilidades motoras (por exemplo: acender fogo ou ligar um automóvel) estão bem além do seu julgamento crítico.

Entretanto, ele muitas vezes já sai de casa sem a supervisão de adultos, tendo que lidar com situações complexas como o trânsito. Os atropelamentos, quedas de bicicletas, quedas de lugares altos, ferimentos com armas de fogo e lacerações são riscos típicos desta idade. Na escola, predominam as quedas, cortes e traumatismos dentários por brincadeiras agressivas durante o recreio.

Estima-se que pelo menos 90% dessas lesões possam ser prevenidas, através de ações educativas, modificações no meio ambiente, modificações de engenharia e através de legislação e regulamentações efetivas e que sejam efetivamente cumpridas.

Desenvolvimento do comportamento seguro

Conforme seu desenvolvimento, a criança apresenta novas habilidades e diferentes interações com o meio ambiente. A criança é um ser imaturo, inquieto, curioso e repleto de energia, incapaz de avaliar ou prever as consequências de suas atitudes.

Este fato envolve riscos variados, cuja prevenção deve ser conhecida por todas as pessoas envolvidas com crianças, sejam pais, professores ou cuidadores. As próprias crianças devem ser orientadas contra os acidentes, transformando-se nos principais agentes de proteção de si mesmas.

Segurança no ambiente escolar e seu entorno

Considera-se oportuno citar, de forma ampla, a abordagem de segurança nas creches e escolas, objetivando principalmente divulgar estes conhecimentos, sobretudo para que os envolvidos com crianças em instituições de ensino possam participar do processo de enfrentamento desses problemas. Assim, o conhecimento sobre alguns pontos que envolvem a segurança das crianças nos diferentes ambientes educacionais torna-se relevante, a fim de que pais, educadores e crianças criem uma consciência crítica, podendo, deste modo, fazer escolhas pensando na segurança destes espaços, nos quais passarão grande parte de suas vidas.

Aspectos gerais de segurança na escola

Considerando-se que os acidentes são eventos previsíveis e preveníveis, é fundamental o reconhecimento dos fatores envolvidos na sua ocorrência no ambiente escolar, para que se possa atuar de forma preventiva e eficaz, evitando-se os transtornos e lesões causadas por esses agravos.

Os profissionais que atuam nos equipamentos escolares ou de educação infantil devem estar aptos a identificar as situações de risco e garantir ambientes seguros para as crianças e adolescentes que frequentam esses espaços. Além disso, esses profissionais têm papel fundamental na educação para aumentar a percepção dos alunos quanto às situações de risco decorrentes das condições ambientais e dos hábitos de vida, incentivando constantemente a adoção de comportamentos e atitudes seguras e saudáveis e contribuindo de forma significativa para a conscientização e a mobilização da escola e da comunidade para a construção de ambientes e situações de proteção.

Uma importante estratégia para conseguir estes objetivos é a criação de comissões internas de prevenção de acidentes e violência escolar (CIPAVE), formadas por representantes dos alunos, professores, familiares e por profissionais da saúde, estes provenientes das Unidades Básicas de Saúde de referência. Essa Comissão (ou, na sua ausência, uma pessoa ou equipe responsável) deve avaliar de forma frequente e regular todos os espaços frequentados pelos alunos (salas de aula, quadras, playground, espaço do recreio, etc.), detectando situações de risco e ou danos em qualquer equipamento, além de providenciar de imediato todos os reparos necessários para a manutenção da segurança das crianças e adolescentes.

As atividades dos alunos devem ser constantemente supervisionadas pelos profissionais da educação, especialmente nos horários dos intervalos entre as aulas, nos momentos nos playgrounds, nas piscinas e durante atividades esportivas.

Segurança no trânsito

É extremamente importante que as escolas desenvolvam projetos de Educação para o Trânsito. Estes programas podem contribuir para formar pedestres, passageiros e futuros condutores de veículos mais conscientes da importância de comportamentos adequados no trânsito. É importante abordar com os alunos a questão do respeito às leis, como a obrigatoriedade do uso do cinto de segurança e do capacete, o transporte de crianças no banco traseiro, a segurança de pedestres, dentre outros.

aluno em apropriar-se do saber. Em face de um saber imobilizado, como nas Tábuas da Lei, só há espaço para humildade e mortificação. Na penitência religiosa só o trabalho salva, é redentor, portanto, o trabalho pedagógico só pode ser sadomasoquista.

Não é por acaso que existe relação entre a estrutura simbólica da religião com a escolar. Elas reforçam a estrutura simbólica pela qual se realiza a estrutura de classe. A mesma relação de indignidade existente entre o pecador e a religião é a existente entre os alunos e o saber. O aluno é visto como se tivesse uma essência inferior à do mestre, como o homem o é ante a figura de Deus.

O trabalho mortificante no plano pedagógico — a ansiedade em saber se foi aprovado ou reprovado no exame — é a via da redenção, a expiação da indignidade. É o único caminho para atingir o Templo do Saber, da Graça e da Riqueza.

Regras: como explicá-las aos alunos?

Na escola, como no clube, no cinema ou em um quartel do exército, existem regras, que servem para facilitar o convívio entre as pessoas. O conjunto de normas de cada um desses lugares é construído com base nos valores em que aquela instituição acredita.

No ambiente educacional não é diferente, mas esses valores nem sempre estão claros para os alunos. Por isso, é comum que eles questionem regras (como mostrado nos exemplos que iniciam este post). Ok, não precisamos dar explicações toda vez que esses questionamentos surgirem. Em alguns casos, dizer “é assim que funciona” é a alternativa mais simples e eficiente. Mas é importante que, no decorrer da escolaridade, discutir o porquê do estatuto. Para ficar nos casos que abrem o texto: Por que se exige uniforme? Por que é proibida a entrada de atrasados na aula?

Nesses momentos, é importante considerar o que os alunos pensam sobre a regra e explicar o posicionamento da escola, o histórico daquela regra, o porquê de sua existência. Eles podem não concordar, mas precisamos ouvi-los e, assim, criar um espaço de conversa. É importante que saibam, por exemplo, que uniformes existem para garantir a igualdade entre os alunos, e não valorizar as diferenças físicas, econômicas e sociais. Já os atrasos não são tolerados porque a entrada depois do horário pode atrapalhar o andamento da aula já iniciada.

O fundamental é ressaltar aos estudantes que o direito de todos se sobrepõe à vontade individual. Os alunos precisam entender que as regras têm como objetivo o bom convívio e, por isso, não servem apenas para proibi-los de fazer coisas que gostam. Essa concepção também deve estar clara também para todos os educadores, para impedir o surgimento de milhões de regras óbvias. Se estiver claro aos alunos que é necessário respeitar o ambiente da sala de aula para não atrapalhar os colegas, regras como “não falar ao telefone na sala” e “não gritar” se tornam desnecessárias. Nesse papo entre educadores, deve-se sempre tentar explicitar os princípios que norteiam a existência das regras.

ÉTICA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

A ética profissional é um dos critérios mais valorizados no mercado de trabalho. Ter uma boa conduta no ambiente de trabalho pode ser o passaporte para uma carreira de sucesso.

A vida em sociedade, que preza e respeita o bem-estar do outro, requer alguns comportamentos que estão associados à conduta ética de cada indivíduo. A ética profissional é composta pelos padrões e valores da sociedade e do ambiente de trabalho que a pessoa convive.

No meio corporativo, a ética profissional traz maior produtividade e integração dos colaboradores e, para o profissional, ela agrega credibilidade, confiança e respeito ao trabalho.

Contudo, há ainda muitas dúvidas acerca do que é ética, por isso, antes falar sobre ética profissional, é importante entender um pouco sobre o que é ética e qual a diferença entre ética e moral.

— O que é ética

A palavra Ética é derivada do grego e apresenta uma transliteração de duas grafias distintas, *êthos* que significa “hábito”, “costumes” e *ethos* que significa “morada”, “abrigo protetor”.

Dessa raiz semântica, podemos definir ética como uma estrutura global, que representa a casa, feita de paredes, vigas e alicerces que representam os costumes. Assim, se esses costumes se perderem, a estrutura enfraquece e a casa é destruída.

Em uma visão mais abrangente e contemporânea, podemos definir ética como um conjunto de valores e princípios que orientam o comportamento de um indivíduo dentro da sociedade. A ética está relacionada ao caráter, uma conduta genuinamente humana e enraizada, que vêm de dentro para fora.

Qual a diferença entre ética e moral

Embora ética e moral sejam usados, muitas vezes, de maneira similar, ambas possuem significados distintos. A moral é regida por leis, regras, padrões e normas que são adquiridos por meio da educação, do âmbito social, familiar e cultural, ou seja, algo que vem de fora para dentro.

Para o filósofo alemão Hegel, a moral apresenta duas vertentes, a moral subjetiva associada ao cumprimento de dever por vontade e a moral objetiva que é a obediência de leis e normas impostas pelo meio.

No entanto, ética e moral caminham juntas, uma vez que a moral se submete a um valor ético. Desta forma, uma ética individual, quando enraizada na sociedade, passa a ser um valor social que é instituído como uma lei moral.

A consequência de um comportamento antiético afronta os valores, caráter e o princípio de uma pessoa, enquanto a quebra de um valor moral é punida e justificada de acordo com a lei que rege o meio.

Características fundamentais de uma conduta ética

Alguns conceitos são fundamentais para constituir o comportamento ético. São eles:

- **Altruísmo:** A preocupação com os interesses do outro de uma forma espontânea e positivista.
- **Moralidade:** Conjunto de valores que conduzem o comportamento, as escolhas, decisões e ações.

§3º Aumenta-se a pena de um terço, se o crime é praticado contra pessoa menor de catorze anos.

4) Art. 213

Parágrafo único. Se a ofendida é menor de catorze anos: Pena-reclusão de quatro a dez anos.

5) Art. 214.....

Parágrafo único. Se o ofendido é menor de catorze anos: Pena-reclusão de três a nove anos.»

Art. 264. O art. 102 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, fica acrescido do seguinte item:

“Art. 102

6º) a perda e a suspensão do pátrio poder. “

Art. 265. A Imprensa Nacional e demais gráficas da União, da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público federal promoverão edição popular do texto integral deste Estatuto, que será posto à disposição das escolas e das entidades de atendimento e de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 265-A. O poder público fará periodicamente ampla divulgação dos direitos da criança e do adolescente nos meios de comunicação social. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Parágrafo único. A divulgação a que se refere o caput será veiculada em linguagem clara, compreensível e adequada a crianças e adolescentes, especialmente às crianças com idade inferior a 6 (seis) anos. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 266. Esta Lei entra em vigor noventa dias após sua publicação.

Parágrafo único. Durante o período de vacância deverão ser promovidas atividades e campanhas de divulgação e esclarecimentos acerca do disposto nesta Lei.

Art. 267. Revogam-se as Leis n.º 4.513, de 1964, e 6.697, de 10 de outubro de 1979 (Código de Menores), e as demais disposições em contrário.

Brasília, 13 de julho de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

QUESTÕES

1. O relacionamento no trabalho tem grande importância para o sucesso na vida profissional das pessoas. Sobre as relações, analise as proposições abaixo.

I. O relacionamento interpessoal se estabelece quando há contato entre as pessoas. Ele determina resultados como sucesso, fracasso, estagnação.

II. O relacionamento interpessoal é uma das inúmeras variáveis que interferem na produtividade, na comunicação, na construção da confiança e na cooperação entre as pessoas.

III. Nos trabalhos em grupo, quando os interesses são canalizados de forma inteligente, tornam o ambiente harmonioso e consequentemente mais produtivo.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

2. As relações humanas são importantes, seja no ambiente familiar, entre amigos, nas práticas esportivas e, no ambiente de trabalho. Neste contexto, para que as organizações disponham e cultivem um ambiente harmonioso é fundamental que o convívio entre as pessoas seja sempre pautado pelo respeito mútuo, confiança, empatia, ou seja, condições essenciais para o desenvolvimento de relações sadias entre os colegas de trabalho. Sobre os aspectos que podem indicar a existência de boas relações humanas nas organizações, assinale a alternativa correta.

- (A) Degradação da imagem da empresa.
- (B) Rotatividade de pessoal e perda de clientes.
- (C) Atritos e atrasos nas rotinas administrativas e/ou operacionais.
- (D) Conquista de novos clientes e melhor qualidade de produtos e/ou serviços.

3. FGV - 2022 - Câmara de Taubaté - SP - Motorista Legislativo - Edital nº 02

Dirigir sob chuva requer sempre cuidados adicionais por parte dos motoristas, pois ela reduz a visibilidade de todos, deixa a pista molhada e escorregadia e pode criar poças d'água se o piso da pista for irregular, não tiver inclinação favorável ao escoamento de água, ou se estiver com buracos.

Em relação aos cuidados para dirigir sob chuva, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) É muito recomendável ficar alerta desde o início da chuva, pois é nesses momentos que a pista fica mais escorregadia, devido à presença de óleo, areia ou impurezas.
- (B) Quando as chuvas são intensas, a visibilidade é muito reduzida e a pista é recoberta por uma lâmina de água muitas vezes capaz de fazer o veículo perder ainda mais aderência.
- (C) Sob chuva, acione a luz alta do farol e diminua a distância para o veículo à sua frente.
- (D) Evite pisar bruscamente no freio, para evitar que as rodas travem e o veículo derrape.
- (E) Reduza a velocidade até você sentir que tem controle total sobre o veículo.

4. FGV - 2022 - Câmara de Taubaté - SP - Motorista Legislativo - Edital nº 02

Dirigir com prudência é norma básica para se evitar acidentes.

Nesse sentido, acerca de cuidados que o condutor deve ter nas curvas, avalie as recomendações a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para a falsa.

I. Diminua a velocidade com antecedência, use o freio, mas nunca reduza a marcha antes de entrar na curva e de iniciar o movimento do volante.

II. Comece a fazer a curva com movimentos suaves e contínuos no volante, acelerando gradativamente e respeitando a velocidade máxima permitida. À medida que a curva for terminando, retorne o volante à posição inicial, também com movimentos suaves.

III. Procure fazer a curva movimentando o máximo que puder o volante, de modo a aumentar seu controle sobre os movimentos do veículo.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, F e F.
- (B) F, V e F.
- (C) V, F e V.
- (D) V, V e F.
- (E) V, V e V.